



FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

Parecer Técnico GEDIN Nº 34/2008
Processo COPAM Nº: 2075/2002/001/2002

PARECER TÉCNICO

Empreendedor: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.			
Empreendimento: Base de armazenamento de combustíveis e abastecimento de aeronaves do Aeroporto de Confins	DN	Código	Classe
CNPJ: 34.274.233/0311-64	74/2004	F-02-04-6	3
Endereço: Aeroporto Internacional Tancredo Neves, s/n			
Município: Lagoa Santa/MG			
Consultoria Ambiental: Brandt Meio Ambiente			
Gustavo Henrique Tetzl Rocha – CREA MG 75798/D			
Sérgio Avelar Fonseca – CREA 38077/D			
Fernando Verassani Laureano – CREA MG 62815/D			
Referência: LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA		Validade: 6 anos	

RESUMO

A base da Petrobrás Distribuidora S.A. em Lagoa Santa tem como atividade o armazenamento de combustíveis e abastecimento de aeronaves do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Aeroporto de Confins), atividade classificada nos termos da Deliberação Normativa n.º 74/2004 sob o código F-02-04-6 e o empreendimento de classe 3. Funciona no local desde dez./1983.

O processo de licenciamento ambiental do empreendimento iniciou em 18-07-2002 com o preenchimento do FCEI para obtenção da licença de operação em caráter corretivo. Em 24-10-2002 foi formalizada a documentação para o processo. Foi apresentada, também, a anuência do Ibama quanto à operação da base na APA Carste de Lagoa Santa.

Ocupa uma área de 10.185 m². Trabalham no local 16 funcionários da BR (9 no setor operacional e 7 no administrativo), 7 funcionários da Shell e 2 contratados. A base funciona em sistema de *pool*, sendo a responsabilidade do mesmo da Petrobrás, a Shell apenas utiliza a tancagem da base, e para tal paga uma taxa à Petrobras. O horário de trabalho operacional é de segunda a domingo, 24 h/dia divididas em 3 turnos, o administrativo é de segunda a sexta-feira de 07:00 às 16:30 h. A água é fornecida pela Copasa, com consumo médio de 88,9 m³/mês. A energia elétrica é fornecida pela Cemig, com consumo médio de 23,2 MWh/mês.

Existem na base 4 tanques aéreos e três enterrados. A capacidade total de armazenamento atual é de 1.730 m³. Os tanques enterrados estão desativados há aproximadamente 10 anos. Dois deles eram utilizados para armazenamento de gasolina e o outro armazenava querosene. Atualmente os tanques aéreos armazenam querosene de aviação – QAV. Segundo informações da empresa, nunca houve estudos sobre a contaminação do solo na base.

Como foi informado em vistoria que não há pretensão de retomada das atividades dos tanques enterrados, foi

Autora: Neila Silva Assunção Consultora Ambiental	Assinatura: Data: ____/____/____
De Acordo: Eleonora Deschamps – MASP 1043872-9 Analista Ambiental	Assinatura: Data: ____/____/____
Visto: Zuleika Stela Chiacchio Torquetti Diretora de Qualidade e Gestão Ambiental	Assinatura: Data: ____/____/____

estabelecida condicionante para desativação dos mesmos, conforme previsto na Deliberação Normativa Copam n.º 108, de 24-05-2007.

A bacia de contenção dos tanques aéreos não é impermeabilizada, o piso é formado por camadas de solo compactado coberto com brita, os taludes da bacia também não são impermeabilizados, e sim constituídos de terra exposta à ação do tempo.

As atividades realizadas no local são: recebimento do querosene de aviação via caminhões-tanque, transferência para os tanques de armazenamento e abastecimento das aeronaves no aeroporto. O combustível é proveniente do TEBET – Terminal de Betim (de propriedade da Petrobrás) e da base da Shell em Betim.

A transferência do combustível da base até o aeroporto é feita por meio de tubulação de aço carbono dotada de 2 retificadores de proteção catódica, que previne os danos ocasionados pela corrosão. O controle de vazamento é feito por controle da pressão na tubulação e semestralmente é feita manutenção no duto. Existe tubulação aérea e enterrada, sendo o comprimento da tubulação enterrada de aproximadamente 1 Km a partir da base até o local de abastecimento das aeronaves e 300 m da tubulação que vai para o terminal de cargas. A tubulação aérea existente compreende o trecho entre o afloramento da mesma até os filtros e dos filtros até os tanques de armazenamento.

O efluente líquido sanitário é proveniente dos sanitários e vestiários, cuja geração média foi estimada em 1,0 m³/dia. Ele é coletado por rede interna própria e enviado para a ETE do Aeroporto de Confins.

As águas pluviais das áreas não sujeitas à contaminação oleosa são coletadas em canaletas e direcionadas à rede coletora de drenagem pluvial do Aeroporto.

O efluente líquido industrial gerado na base é proveniente da manutenção de veículos próprios, limpeza dos tanques e da rede de distribuição, incluindo os filtros e as bombas, além de vazamentos eventuais. A drenagem oleosa é coletada por rede própria e direcionada para duas caixas SAO no empreendimento. A caixa SAO-001 recebe a drenagem das ilhas de descarga, bombas, filtros e bacia de contenção dos tanques de armazenamento; a caixa SAO-002 recebe o efluente da oficina e área de manutenção.

Segundo informado na vistoria do dia 28-11-2007, não é gerada borra no fundo dos tanques, já que o combustível é filtrado antes de ser armazenado. São feitas inspeções periódicas para verificar se há corrosão em seu interior.

Quanto aos resíduos sólidos, são gerados no empreendimento estopas, trapos sujos com óleo, óleo usado, pneus usados, elementos filtrantes, mangueiras, lâmpadas usadas e borra oleosa das caixas SAO, classificados como Classe I, nos termos da ABNT NBR 10.004/04; e resíduos de escritório, (papel, plástico, papelão e copos plásticos), classificados como Classe II.

Os resíduos Classe I são armazenados na própria base em local coberto, com piso impermeabilizado e drenagem direcionada para a caixa SAO e depois enviados para co-processamento, com exceção das lâmpadas usadas, que são enviadas para recuperação do mercúrio. Os resíduos Classe II, juntamente com o material não reciclável (lixo de sanitário), são acondicionados em sacos plásticos, recolhidos diariamente pela Infraero e destinados no aterro da Queiroz Galvão em Sabará/MG. Foi estabelecida condicionante para separação destes materiais e destinação adequada.

Durante a vistoria do dia 28-11-2007 foi constatado nas proximidades dos pontos do amostrador de costado dos tanques, onde é feita uma amostragem estratificada por nível do combustível, que houve derrame de combustível no solo, comprovado pela cor do mesmo e odor característico. Assim, foi estabelecida condicionante para realização de amostragem desse solo, com vistas à identificação de possível contaminação. Além disso, a empresa deverá alterar o sistema de coleta do combustível, de forma a garantir a não-contaminação do solo e informar à Feam sobre o sistema adotado.

O EAR – Estudo de Análise de Risco da base da Petrobrás em Lagoa Santa foi realizado pela CAF Química Ltda. e originou como recomendação a implantação de um Programa de Gerenciamento de Riscos, a qual já foi atendida pela empresa, conforme informado na reunião do dia 25-01-2008.

Em reunião realizada no dia 25-01-2008 para apresentação do EAR do empreendimento, a empresa se responsabilizou por todas as medidas de prevenção e combate aos acidentes, assim como pelas

conseqüências destes.

Diante do exposto, esse parecer sugere a concessão da Licença de Operação, em caráter corretivo, para a base de armazenamento de combustíveis da Petrobrás Distribuidora S.A. localizada no Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Lagoa Santa/MG, com validade de 6 anos, condicionada ao cumprimento dos itens relacionados no ANEXO I, ouvida a procuradoria da FEAM.

1 INTRODUÇÃO

A base da Petrobrás Distribuidora S.A. tem como atividade o armazenamento de combustíveis e abastecimento de aeronaves do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Aeroporto de Confins), atividade classificada nos termos da Deliberação Normativa n.º 74/2004 sob o código F-02-04-6 e o empreendimento de classe 3.

O RCA/PCA foi elaborado pela empresa Brandt Meio Ambiente, tendo como responsáveis técnicos os Engenheiros Metalurgistas Gustavo Henrique Tetzl Rocha, CREA MG 75798/D, e Sérgio Alvear Fonseca, CREA MG 38077/D; e o geólogo Fernando Verassani Laureano, CREA MG 62815/D.

O objetivo deste parecer é avaliar tecnicamente a documentação apresentada, oferecendo subsídio à CID – Câmara de Atividades Industriais na apreciação do pedido de licença de operação em caráter corretivo da Petrobrás Distribuidora S.A., para a base de armazenamento de combustíveis e abastecimento de aeronaves do Aeroporto de Confins.

2 DISCUSSÃO

2.1 Histórico da empresa na Feam

O processo de licenciamento ambiental da base da Petrobrás no Aeroporto de Confins iniciou em 18-07-2002 com o preenchimento do FCEI para obtenção da licença de operação em caráter corretivo. Em 24-10-2002 foi formalizada a documentação para o processo.

Em 20-08-2003 foi solicitada, por meio do ofício DIINQ 45/2003, a apresentação do EAR – Estudo de Análise de Riscos do empreendimento, protocolado na Feam em 29-01-2004.

Em 20-12-2004 foi realizada vistoria no local, relatório de vistoria n.º 7416/2004, quando foi solicitada a apresentação de informações complementares, dentre elas a apresentação de um novo EAR. A solicitação foi reiterada por meio do ofício DIINQ n.º 005/2005 em 04-01-2005 e atendida em 22-03-2005.

Em 11-05-2006 foi realizada nova vistoria no local, quando foi solicitada a apresentação de informações complementares, apresentadas em 09-06-2006.

Em 15-12-2006 foi solicitada a apresentação de novas informações complementares, as quais foram apresentadas em 27-03-2006.

Em 28-11-2007 foi realizada vistoria no local, quando foi solicitada a apresentação de informações complementares, apresentadas em 29-11-2007 e 05-12-2007.

2.2 Caracterização do empreendimento

A base de armazenamento de combustíveis e abastecimento de aeronaves da Petrobrás Distribuidora S.A. está localizada no Aeroporto de Confins, em Lagoa Santa/MG. Funciona no local desde dez./1983. Segundo declaração emitida pela prefeitura municipal, o tipo de atividade desenvolvida pela empresa está em conformidade com as leis e regulamentos administrativos

municipais. Em 27-03-2007 foi apresentada, também, a anuência do Ibama quanto à operação da base na APA Carste de Lagoa Santa (Anuência 004/2007).

O empreendimento ocupa uma área de 10.185 m². Trabalham no local 16 funcionários da BR (9 no setor operacional e 7 no administrativo), 7 funcionários da Shell e 2 contratados. A base funciona em sistema de *pool*, sendo a responsabilidade do mesmo da Petrobrás, a Shell apenas utiliza a tancagem da base, e para tal paga uma taxa à Petrobras. O horário de trabalho operacional é de segunda a domingo, 24 h/dia divididas em 3 turnos, o administrativo é de segunda a sexta-feira de 07:00 às 16:30 h. A água é fornecida pela Copasa, com consumo médio de 88,9 m³/mês. A energia elétrica é fornecida pela Cemig, com consumo médio de 23,2 MWh/mês.

Existem na base 4 tanques aéreos e três enterrados. Dentre os tanques aéreos, 3 tem capacidade de armazenamento de 560 m³ cada (Tanques 101, 102 e 103) e um com capacidade de 50 m³ (Tanque 104). Dentre os tanques enterrados, dois possuem capacidade de 20 m³ cada (Tanques 201 e 202) e um com capacidade de 10 m³ (Tanque 105). A capacidade total de armazenamento atual é de 1.730 m³. Os tanques enterrados estão desativados há aproximadamente 10 anos. Dois deles eram utilizados para armazenamento de gasolina (TQ 201 e 202) e o outro armazenava querosene. Atualmente os tanques aéreos armazenam querosene de aviação – QAV. Segundo informações da empresa, nunca houve estudos sobre a contaminação do solo na base.

Os tanques são dotados de teto fixo e o controle de nível dos mesmos é feito manualmente.

A bacia de contenção dos tanques aéreos não é impermeabilizada, o piso é formado por camadas de solo compactado coberto com brita, os taludes da bacia também não são impermeabilizados, e sim constituídos de terra exposta à ação do tempo.

O combustível, antes de ser armazenado nos tanques, passa por uma filtragem inicial. O primeiro é o filtro de cesta, que utiliza uma tela metálica de 100 a 500 mesh. Nesta etapa é feita uma inspeção visual para identificação de material grosseiro no combustível e a peneira só é trocada caso esteja danificada. Depois o combustível passa pelo filtro micrônico, que realiza uma filtragem mais fina. A última filtragem é feita no próprio caminhão servidor, que utiliza uma vela de papelão ou malha de tecido. Os meios filtrantes do filtro micrônico e do caminhão são trocados periodicamente e acondicionados no setor de armazenamento de resíduos para posterior destinação. A frequência de troca é anual ou definida de acordo com o volume filtrado.

A transferência do combustível da base até o aeroporto é feita por meio de tubulação de aço carbono dotada de 2 retificadores de proteção catódica, que previne os danos ocasionados pela corrosão. O controle de vazamento é feito por controle da pressão na tubulação e semestralmente é feita manutenção no duto. Existe tubulação aérea e enterrada, sendo o comprimento da tubulação enterrada de aproximadamente 1 Km a partir da base até o local de abastecimento das aeronaves e 300 m da tubulação que vai para o terminal de cargas. A tubulação aérea existente compreende o trecho entre o afloramento da mesma até os filtros e dos filtros até os tanques de armazenamento.

2.2.1 Processo produtivo

A base da Petrobrás em Lagoa Santa não possui um processo produtivo propriamente dito. É responsável pela armazenagem e distribuição de combustíveis para aviação. As atividades realizadas são: recebimento do querosene de aviação via caminhões-tanque, transferência para os tanques de armazenamento e abastecimento das aeronaves no aeroporto.

O combustível, transportado por caminhões-tanque, é proveniente do TEBET – Terminal de Betim (de propriedade da Petrobrás) e da base da Shell em Betim.

O abastecimento das aeronaves é feito através de uma unidade abastecedora (caminhão servidor) que estabelece a conexão do ponto de abastecimento na ponta do duto enterrado com a aeronave através de mangotes.

2.2.2 Impactos identificados

Segundo o RCA/PCA apresentado, as emissões atmosféricas existentes são provenientes das operações de carga do caminhão tanque abastecedor e descarregamento de combustíveis dos caminhões-tanque para os tanques. Estas emissões são descontínuas e ocorrem durante as operações de engate e desengate ou através das válvulas de alívio de pressão e vácuo dos tanques.

Os ruídos foram avaliados somente nos postos de trabalho, tendo como base os limites estabelecidos pela legislação trabalhista. Os mesmos ficaram acima do limite somente durante o abastecimento das aeronaves, devido à operação das turbinas.

O efluente líquido industrial é proveniente da manutenção de veículos próprios, limpeza dos tanques e da rede de distribuição, incluindo os filtros e as bombas, além de vazamentos eventuais.

O efluente líquido sanitário é proveniente dos sanitários e vestiários, cuja geração média foi estimada em 1,0 m³/dia. Ele é coletado por rede interna própria e enviado para a ETE do Aeroporto de Confins. Em 09-06-2006 foi apresentada declaração da Infraero informando que o esgoto sanitário é conduzido até a ETE construída no Aeroporto. Foi apresentada a AAF n.º 130/2006 da ETE, válida até 27-01-2010.

As águas pluviais das áreas não sujeitas à contaminação oleosa são coletadas em canaletas e direcionadas à rede coletora de drenagem pluvial do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

A drenagem oleosa é coletada por rede própria e direcionada para duas caixas SAO. A caixa SAO-001 recebe a drenagem das ilhas de descarga, bombas, filtros e bacia de contenção dos tanques de armazenamento; a caixa SAO-002 recebe o efluente da oficina e área de manutenção.

Segundo informado na vistoria do dia 28-11-2007, não é gerada borra no fundo dos tanques, já que o combustível é filtrado antes de ser armazenado. São feitas inspeções periódicas para verificar se há corrosão em seu interior.

Quanto aos resíduos sólidos, são gerados no empreendimento estopas, trapos sujos com óleo, óleo usado, pneus usados, elementos filtrantes, mangueiras, lâmpadas usadas, e borra oleosa das caixas SAO, classificados como Classe I, nos termos da ABNT NBR 10.004/04; e resíduos de escritório, (papel, plástico, papelão e copos plásticos), classificados como Classe II. A estimativa de geração de resíduos é apresentada no quadro a seguir:

Resíduo	Classe	Estimativa de geração
Estopas, trapos sujos com óleo	I	20 kg/ano
Óleo usado	I	200 l/mês
Pneus usados	I	6 unid./ano
Elementos filtrantes	I	60 unid./ano
Mangueiras 2"	I	20 m/ano
Lâmpadas usadas	I	60 unid./ano
Borra oleosa das caixas SAO	I	200 l/ano
Papel, plástico, papelão, copos plásticos	II	60 l/dia

Os resíduos Classe I são armazenados na própria base em local coberto, com piso impermeabilizado e drenagem direcionada para a caixa SAO e depois enviados para co-

processamento, com exceção das lâmpadas usadas, que são enviadas para recuperação do mercúrio. Os resíduos Classe II, juntamente com o material não reciclável (lixo de sanitário), são acondicionados em sacos plásticos, recolhidos diariamente pela Infraero e destinados no aterro da Queiroz Galvão em Sabará/MG. Foi estabelecida condicionante para separação destes materiais e destinação adequada.

Conforme já descrito, existem três tanques enterrados na base. Em vistoria foi informado que não há pretensão de retomada das atividades dos mesmos. Assim, foi estabelecida condicionante para desativação dos tanques, como previsto na Deliberação Normativa Copam n.º 108, de 24-05-2007.

Durante a vistoria do dia 28-11-2007 foi constatado nas proximidades dos pontos do amostrador de costado dos tanques, onde é feita uma amostragem estratificada por nível do combustível, que houve derrame de combustível no solo, comprovado pela cor do mesmo e odor característico. Assim, foi estabelecida condicionante para realização de amostragem desse solo, com vistas à identificação de possível contaminação. Além disso, a empresa deverá alterar o sistema de coleta do combustível, de forma a garantir a não-contaminação do solo e informar à Feam sobre o sistema adotado.

2.2.3 Medidas mitigadoras

O monitoramento das caixas SAO, apresentado na Feam em 29-11-2007, referente aos meses de janeiro, fevereiro, maio, agosto e novembro de 2007, apontou para o não-atendimento ao estabelecido na DN Copam n.º 10/1986 para DQO – Demanda Química de Oxigênio nos meses de janeiro (172,3 mg/l) e novembro (142 mg/l) na caixa SAO da administração.

Segundo informações obtidas na vistoria em 28-11-2007, a drenagem pluvial é conjugada com a oleosa e vai para as caixas SAO. Entretanto, foi apurado na documentação apresentada na formalização do processo que a drenagem pluvial é segregada da oleosa.

O efluente sanitário segue, via rede coletora, para a ETE do Aeroporto de Confins.

Os resíduos sólidos gerados no empreendimento são armazenados em área coberta e com drenagem para a canaleta que vai para a caixa SAO. Quando em quantidade economicamente viável, são enviados para co-processamento. Foi apresentado em 05-12-2007, um certificado de destinação dos resíduos oleosos, datado de 2005, mas não foi apresentado o certificado de licença da empresa receptora dos resíduos. Assim, foi estabelecida condicionante para apresentação dos certificados de licença ambiental da(s) empresa(s) receptora(s) de todos os resíduos gerados pelo empreendimento.

2.3 Estudo de Análise de Riscos

O EAR – Estudo de Análise de Risco da base da Petrobrás em Lagoa Santa foi realizado pela CAF Química Ltda. e protocolado na Feam em 29-01-2004, como informação complementar. Os resultados originaram como recomendação a implantação de um Programa de Gerenciamento de Riscos, a qual já foi atendida pela empresa, conforme informado na reunião do dia 25-01-2008.

Em reunião realizada no dia 25-01-2008 para apresentação do EAR do empreendimento, a empresa se responsabilizou por todas as medidas de prevenção e combate aos acidentes, assim como pelas conseqüências destes.

3 CONCLUSÃO

Diante do exposto, esse parecer sugere a concessão da Licença de Operação, em caráter corretivo, para a base de armazenamento de combustíveis da Petrobrás Distribuidora S.A. localizada no Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Lagoa Santa/MG, com validade de 6

anos, condicionada ao cumprimento dos itens relacionados no ANEXO I, ouvida a procuradoria da FEAM.

ANEXO I

Empreendedor: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.			
Empreendimento: Base de armazenamento de combustíveis e abastecimento de aeronaves do Aeroporto de Confins CNPJ: 34.274.233/0311-64 Endereço: rua Rio de Janeiro, 100 Nossa Senhora do Rosário Município: Lagoa Santa/MG Consultoria Ambiental: Brandt Meio Ambiente Gustavo Henrique Tetzl Rocha – CREA MG 75798/D Sérgio Avelar Fonseca – CREA 38077/D Fernando Verassani Laureano – CREA MG 62815/D Referência: LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA	DN	Código	Classe
	74/2004	E-01-15-5	3
			Validade: 6 anos

Condicionantes de Licença de Operação – Processo COPAM N.º 2075/2002/001/2002

Item	Descrição	Prazo ¹
1	Impermeabilizar a bacia de contenção (piso e talude) dos tanques 101, 102 e 103	8 meses
2	Implantar programa de coleta seletiva dos materiais recicláveis gerados pelo empreendimento e destinar adequadamente	2 meses
3	Executar as etapas para desativação dos tanques enterrados existentes na base, conforme estabelecido na DN Copam n.º 108/2007.	12 meses
4	Realizar investigação de passivo ambiental no solo próximo dos pontos do amostrador de costado de todos os tanques	6 meses
5	Alterar o sistema de coleta do combustível nos pontos do amostrador de costado, de forma a garantir a não-contaminação do solo e informar à Feam sobre o sistema adotado.	3 meses
6	Apresentar os certificados de licença ambiental da(s) empresa(s) receptora(s) de todos os resíduos gerados pelo empreendimento.	Imediato
7	Monitoramento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos, conforme modelo no Anexo II	Durante a vigência da licença

¹ Prazo contado a partir da concessão da licença.

ANEXO II

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO
Petrobrás Distribuidora S.A.
Processo COPAM N.º 2075/2002/001/2002

1. Efluentes líquidos industriais e sanitários

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência
Entrada e saída das Caixas SAO – Separadoras de Água e Óleo	pH, temperatura, sólidos sedimentáveis, vazão média diária, DBO, DQO, sólidos em suspensão, óleos e graxas.	Mensal

- Relatórios: Enviar trimestralmente a FEAM, até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas, e informar a produção industrial e número de empregados, no período. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.
- Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO, ou na ausência delas, no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater APHA – AWWA, última edição.

2. Resíduos sólidos

Deverão ser enviadas semestralmente a FEAM planilhas mensais de controle da geração e disposição dos resíduos sólidos gerados, contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações:

Resíduo			Taxa de geração no período	Transportador (razão social e endereço completos)	Forma de disposição final (**)	Empresa responsável pela disposição final (razão social e endereço completos)
Denominação	Origem	Classe(*)				

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

- Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente a FEAM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação de resíduos deverão ser mantidas disponíveis no estabelecimento, pelo prazo de 5 anos, para fins de fiscalização.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas.

IMPORTANTE: OS PARÂMETROS E FREQUÊNCIAS ESPECIFICADAS PARA O PROGRAMA

DE AUTOMONITORAMENTO PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES, A CRITÉRIO DA ÁREA TÉCNICA DA FEAM, FACE AO DESEMPENHO APRESENTADO PELOS SISTEMAS DE TRATAMENTO.

(¹) Segundo a NBR 10.004 consideram-se também como resíduos sólidos àqueles no estado semi-sólido, os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.